

Condições históricas do planejamento econômico de natureza capitalista*

*Tiago Camarinha Lopes***

*Niemeyer Almeida Filho****

*Professor da Universidade Federal de Goiás, Mestre e Doutorando em Economia pelo Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia
Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, Doutor em Economia pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)*

Resumo

Este artigo caracteriza o “planejamento de natureza capitalista”, ao descrever as condições históricas do surgimento da ideia de planejamento econômico nacional. É argumentado que as ferramentas necessárias para efetuar a condução consciente da produção são forjadas como imposição do próprio capitalismo avançado. Tal imposição se reflete, por um lado, na revolução keynesiana, por outro, no desenvolvimento da disciplina de Econometria. É defendido que o elemento diferenciador entre modos de produção que utilizam as técnicas de planejamento é a meta a ser atingida pelo plano econômico.

Palavras-chave

Planejamento; história do pensamento econômico; sistemas econômicos.

* Artigo recebido em maio 2011 e aceito para publicação em jun. 2013.

** E-mail: tiagocamarinhalopes@gmail.com.

*** E-mail: nafilho@ufu.br

Os autores agradecem os comentários dos pareceristas, que ajudaram a aperfeiçoar o texto, que é de inteira responsabilidade dos autores.

Abstract

The paper describes the “economic planning of capitalist nature” by comparing it with the socialist system. It is argued that the necessary tools for conscious production and distribution are created as an imposition of late capitalism. Such imposition is reflected, on one side, in the keynesian revolution and on the other, in the development of the discipline of Econometrics. It is shown that the element that distinguishes modes of production that employ planning is the economic plan’s goal.

Key words

Planning; history of economic thought; economic systems.

Classificação JEL: B23, P11, P50.

Introdução

O tema das relações estruturais entre o mercado e o Estado vem sendo recuperado como relevante pelas exigências de uma ação estatal planejada como resposta às crises cada vez mais frequentes do capital. Esse tema foi central no desenvolvimento capitalista, no período da Primeira Guerra Mundial até, pelo menos, os anos 70 do século XX. Sobretudo as técnicas de planejamento e desenvolvimento tornaram-se as questões centrais da economia política contemporânea, mesmo que a produção de mercadorias ainda domine as relações sociais de produção.

Se, por um lado, os países que adentraram no socialismo real desenvolveram tais técnicas a partir de conceitos teóricos da Economia Política de tradição marxista, influenciando até os projetos de desenvolvimento econômico da periferia capitalista, os países ocidentais centrais utilizaram as diretrizes de investimentos estatais formalizadas teoricamente no arcabouço erigido por Keynes para dirigir o capital após a Crise de 1929. Mas o fim da União Soviética e o neoliberalismo são fenômenos históricos recentes que demandam pesquisa, caso se queira compreender e superar as falhas de coordenação econômica que foram feitas no século XX. Outro fator de relevância é o reconhecimento de que as técnicas de planejamento estão subordinadas a um objetivo, cujo conteúdo, como se verá, é o componente que diferencia as vertentes de planejamento capitalista e socialista.

A temática do planejamento evoca a contraposição entre as lógicas operacionais desses distintos modos de produção, de modo que todo conteúdo de Economia Política do pós Segunda Guerra Mundial é balizado pela oposição entre duas ideologias que se localizam no âmbito do planejamento ou *planning*.¹

Mesmo que a Revolução Russa seja o marco que representa a tentativa mais ampla de direcionar conscientemente o funcionamento da economia, Skidelsky (1995) aponta que foi exatamente após a Grande Depressão que houve uma radicalização da coletivização econômica na URSS. Analogamente, Carr (1947) afirma que tanto o Mundo Ocidental quanto a União Soviética chegaram ao conceito de *planning* como forma de condução da economia nacional na mesma época, embora por circunstâncias diferentes. Já Judt (2005) ressalta que a ideia de que o planejamento soviético determinaria o controle econômico no Ocidente é um equívoco, pois os defensores de planejamento, nos países capitalistas, buscavam apoio ideológico em outras fontes que não a URSS para sustentar um programa de coordenação econômica que ia diametralmente contra os ditames do *laissez-faire* e que fundamentava a formação do Welfare State.²

O paralelo entre os blocos antagônicos, no que se refere ao planejamento, é visível quando Hobsbawm (2002) afirma que o trauma causado pela Grande Depressão, expresso na destruição do liberalismo econômico pelas cinco décadas seguintes, foi realçado pela imunidade dos países que romperam com o capitalismo. Para ele, a indagação sobre como a União Soviética atingia altas taxas de crescimento do produto e empregava todo recurso disponível levou a que os termos “plano” e “planejamento” definissem o vocabulário do debate político no bloco capitalista.

¹ É importante registrar que aqui se está tratando de uma das dimensões do Estado. A observação é mais relevante no que diz respeito ao Estado capitalista, pois esse tem funções estruturais mais limitadas do que o Estado socialista. Assim, a atividade de planejamento, no âmbito do Estado capitalista, trata, a rigor, daquilo que é definido em teoria econômica como setor público, isto é, diz respeito à dinâmica da oferta de serviços e produtos pelo Estado. Evidentemente, pela dimensão do setor público, as decisões desse âmbito afetam as decisões privadas, de modo a funcionar com um papel de coordenação. Porém as proposições keynesianas tradicionais da macroeconomia, de gestão do dinheiro e de sustentação da demanda efetiva pelo gasto corrente e pelo investimento ordinário, seguem uma lógica distinta de intervenção. Como será mostrado mais à frente, uma leitura mais sofisticada de Keynes apreende sua enorme influência para a consolidação do planejamento e da programação no mundo do pós Segunda Guerra Mundial. Além disso, há funções do Estado que se identificam com a regulação e a representação de um território, configurando uma jurisdição. Em todos os casos, das funções decorrem possibilidades de intervenção que não estão tratadas neste artigo.

² Sobre a relação entre o Estado do Bem-Estar Social e a técnica de planejamento, expressa na disciplina de Econometria, ver a aula de Haavelmo (1997) na ocasião da entrega de seu Prêmio Nobel.

Skidelsky (1995) aponta ainda a linha comunicativa entre os dois sistemas, aparentemente desconectados, como um dos mistérios sobre o fim do liberalismo econômico. Amin (2000) delinea o contexto do “colapso da Belle Époque”, explicitando que os conflitos do século XX se expressam nas novas formas de regulação que o capital advoga. Rossetti (1987), de forma semelhante, indica que, apesar de condicionantes históricos distintos (para a União Soviética, a implantação do coletivismo centralmente dirigido; e, para o mundo ocidental, a crise de 1929), os dois lados adentraram no âmbito das políticas econômicas relacionadas com aquilo que viria a ser chamado de programação.

A partir da perspectiva do estudo das relações internacionais, Guimarães (1999), por sua vez, salienta que a força de atração ideológica do socialismo cresceu, no Ocidente, a partir do fim da Primeira Guerra Mundial, devido ao rápido avanço das forças produtivas na União Soviética, entre 1921 e 1941. Ainda segundo ele, juntamente com a ascensão do keynesianismo nos Estados Unidos, isso teria contribuído para a “exclusão relativa” de certas áreas da periferia, quando a intervenção estatal se tornou possível e o liberalismo prevalecente durante o colonialismo perdeu respaldo.

É importante destacar que, embora semelhantes para o nível de análise feito aqui, planejamento e intervenção não são sinônimos. O estudo histórico permite distinguir essas duas categorias da seguinte maneira: enquanto planejamento econômico se refere a resolver conscientemente o problema sobre todos os meandros da produção e distribuição (o que, quanto, como produzir e como distribuir), intervenção restringe-se à manipulação de variáveis macroeconômicas, com o objetivo de atingir estabilidade, ou seja, de reduzir a amplitude dos ciclos econômicos. A intervenção é, por isso, uma atividade estatal que não pretende subverter a lógica de alocação dos recursos pelo sistema de preços livres, mas visa apenas criar as condições para que esse mesmo sistema funcione dentro de condições predefinidas. Por outro lado, essa ação deliberada sobre o mercado não corresponde ao modelo econômico liberal perfeito, com o que se pode argumentar que tanto a intervenção econômica, em sua forma de aparição específica a partir dos anos 30 do século XX, como o planejamento, definido nesses termos mais teóricos, são, ambos, elementos diferenciadores dos preceitos da econômica política liberal.³ Esse aspecto de similaridade não

³ A existência de uma situação em que há concorrência perfeita é um dos pilares e pressupostos básicos da posição liberal, representada, por exemplo, por Milton Friedman, que acredita na concretização desse ideal. Friedman admite, implicitamente, que, sem as condições que possibilitam ao modelo existir na prática, o sistema de preços não conseguirá solucionar o problema econômico de maneira adequada: “[...] essa descrição [o sistema de preços resolvendo o problema econômico] supõe, implicitamente, a existência

deve confundir planejamento com intervenção: se o primeiro coloca em questão as formas pelas quais a sociedade atua sobre a natureza para dado patamar tecnológico, o segundo está extremamente preocupado em não alterar as relações de produção do capital.

Devido ao fato de as ciências econômicas estarem em um nível prematuro de desenvolvimento científico e a luta de classes ser um fator peculiarmente forte de distúrbio sobre esse ramo do conhecimento, as teorias econômicas que lidam com os fenômenos do planejamento raramente entram em contato. Por essa razão, as tradições keynesiana e marxista do século XX, apesar de lidarem com os mesmos fenômenos da crescente coordenação em nível nacional, utilizam categorias distintas para descrever esses processos. Este artigo enfatiza que o único modo de criar organização teórica, no que tange ao debate sobre planejamento econômico, é através do estudo da história como ela de fato ocorreu. Assim, o texto contribui para a criação de condições de diálogos entre adeptos dessas escolas de pensamento econômico.

Além desta **Introdução**, o artigo apresenta, numa segunda seção, o desenvolvimento histórico do planejamento. Na terceira seção, explicita-se que a necessidade prática de planejamento no capitalismo pós 1929 é refletida na formação da teoria econômica de Keynes. Na quarta seção, argumenta-se que a solução para a instabilidade capitalista se torna teoricamente possível com o desenvolvimento da teoria da programação e de sua aplicação no conjunto da economia nacional. A quinta seção fecha o texto, nela se expõe que essa solução contém um objetivo implícito, que é a valorização do valor. Dela se formula a tese de que o capitalismo utiliza as técnicas de planejamento não para satisfazer as demandas e necessidades dos trabalhadores, mas para possibilitar uma expansão contínua e coordenada do capital. Essa atividade é o que caracteriza o Estado capitalista que substitui o Estado de *laissez-faire*. É feita a sugestão de que o planejamento não constitui parâmetro para a distinção suficiente de modos de produção, e, por isso, esses devem ser diferenciados conforme as metas postas pelas sociedades.

de concorrência efetiva na transformação dos desejos dos consumidores em atividade produtiva" (Friedman, 1971, p. 14). Essa perspectiva pode ser considerada idealista, pois, apesar de elaborar com detalhes o estado de perfeição e de constatar que ele não existe, a Escola Liberal só pode propor como medida de ação a inação. Essa seria uma maneira direta de usar a dialética para invalidar a proposta do liberalismo.

Planejamento como desenvolvimento histórico

Em seu livro **The World After Communism**, Skidelsky (1995) faz uma análise histórica da experiência soviética e argumenta que o coletivismo foi um erro. Por esse motivo, segundo ele, o debate acerca do quanto o Estado deve intervir na vida de pessoas livres e responsáveis estaria de volta à agenda. Nitidamente, essa é a velha questão sobre a contradição entre liberalismo e controle, que, ao que parece, não se deu por encerrada com o fim da URSS. Com efeito, a ascensão do neoliberalismo a partir da década de 70 do século XX não expressa a vitória indubitável da lógica do mercado sobre a da coordenação estatal. Os debates acadêmicos nesse período continuam sempre uma escolha implícita na análise: a decisão sobre economia de mercado ou coletivismo.

Dentre outros aspectos que devem ser estudados pelos historiadores sobre a tentativa de constituição da economia socialista a partir de 1917, Skidelsky (1995) ressalta uma questão que deve ser a porta de entrada para tal pesquisa. A questão é sobre os motivos que levaram dois sistemas distintos, e até mesmo opostos, a aplicar padrões de coordenação da produção nacional muito semelhantes. Desse modo,

[...] os anos 1930 apresentam-nos um quebra-cabeças. Por que dois sistemas extensivamente desconexos — capitalismo e comunismo — se moveram para a coletivização radical ao mesmo tempo? (Skidelsky, 1995, p. 53, tradução nossa).⁴

A suposição aparentemente mais aceitável é a de que ambos os sistemas estão refletindo um evento histórico em comum. Parece ser unanimidade, entre historiadores, economistas e sociólogos, que esse evento é o fim da Era dos Impérios, na terminologia de Eric Hobsbawm (2003).

Esse mesmo momento histórico serve como ponto de partida para a análise que Carr (1947) faz do impacto da União Soviética sobre o mundo ocidental. O livro de Carr, **The Soviet Impact in the Western World**, apesar de ser um estudo dos anos 40, traz questões interessantes que parecem estar na ordem do dia em pleno século XXI.

Quais são essas questões? São aquelas que buscam identificar as relações e influências entre os blocos capitalista e socialista. Um dos aspectos dessa linha de pesquisa é descobrir que aspectos reais e ideológicos estão sendo transportados de um hemisfério para outro. A dificuldade em esta-

⁴ No original, “[...] *the 1930s confront us with a puzzle. Why did two largely disconnected systems — capitalism and communism — shift towards radical collectivism at the same time?*” (Skidelski, 1995, p. 53).

belecer causa e efeito, no entanto, é pertinente. Por essa razão, não é claro se a ideia de planejamento que emerge com o fim do *laissez-faire* é o resultado do desenvolvimento próprio do capitalismo, ou se houve alguma influência externa que teria como base a constituição da URSS. Ao que parece, o núcleo dos novos tempos tem origem nas transformações que os Estados europeus sofreram com o fim da Era dos Impérios, sendo que tal núcleo se irá manifestar de forma diferenciada nas duas economias, cuja oposição ficará extremamente nítida durante a Guerra Fria.

Carr (1947), por exemplo, argumenta que algumas ideias surgiram na Europa Ocidental, foram esquecidas e remanesceram na União Soviética, que as exportou de volta para o Ocidente. Por isso, mesmo que pareça que os desenvolvimentos de coordenação econômica nacional da URSS se repetiram, no Ocidente, alguns anos depois, é possível argumentar que essas transformações não foram o efeito do exemplo soviético, mas já estavam elas mesmas embrionadas nos diferentes países ocidentais. Isso significa que, apesar de parecer que planejamento e socialismo estão muito mais vinculados do que planejamento e capitalismo, na essência, os fundamentos da economia coordenada brotaram do próprio desenvolvimento capitalista. Ou seja, o planejamento que se deu na prática foi um resultado da história e do desenvolvimento das forças produtivas, e não do ideal por trás do movimento comunista.⁵

A palavra *planning* sintetiza o impacto econômico que a União Soviética teve sobre o resto do mundo. Em geral, é possível fazer uma listagem dos vários exemplos de Estado planejador no Ocidente, como o New Deal nos EUA, o projeto nazista na Alemanha e demais manobras de intervenção sistemática, como os planos de industrialização na periferia. No entanto, seria mais importante buscar e traçar as origens do conceito de planejamento e como ele contribuiu para moldar o pensamento e a prática econômica até em países que nunca se comprometeram oficialmente com um plano “formal”. Desse modo, Carr (1947) sugere que o estudo da relação entre URSS e Ocidente, no que se refere ao planejamento, ao invés de partir de uma análise do que seria *planning* em teoria, deve partir de como o planejamento se apresentou de fato nos diferentes países.

No caso de se estabelecerem as origens teóricas e ideológicas do planejamento, seria muito difícil constituir uma linha lógica que explique a essência do fenômeno de crescente coordenação *pós-laissez-faire*. Seria, nesse caso, necessário buscar, nos escritos dos economistas, em especial

⁵ A outra interpretação, que enfatiza a introdução consciente de planejamento como forma de implementar o socialismo, também existe. Alec Nove (1972) aponta uma união das duas vertentes, ao afirmar que, no processo de constituição do Comunismo de Guerra, havia um processo de interação entre ideias e circunstâncias.

daqueles contrários aos liberais apegos aos antigos princípios, típicos da sociedade burguesa, as proposições que definiriam como a economia nacional deveria ser controlada. No entanto, quando se buscam, por exemplo, em Marx ou Lênin, diretrizes sobre a economia centralmente planejada, as exposições ficam muito distantes de como a coordenação econômica nacional ocorre na prática.⁶ Em geral, a tradição dos teóricos do socialismo não oferece uma explicação apropriada para o fenômeno da coordenação da economia nacional. Esse seria outro indício de que a política econômica real de controle não surgiu de um desejo de reforma social, mas de uma necessidade do Estado-nação capitalista.

De toda forma, é possível rastrear a origem normativa da ação estatal sobre o mercado até precursores do ideário oposto ao liberalismo, como Friedrich List. List, em oposição aos teóricos da economia política clássica adeptos do livre mercado, argumentava que o desenvolvimento da nação dependia de medidas de proteção do Estado. Aliás, existe uma falsa dicotomia que coloca liberalismo em oposição à ação do Estado capitalista, quando, na verdade, a ação política de defesa e expansão do capital nacional foi o lado real da ideologia liberal durante a expansão colonial. No desenrolar da era liberal, foi ficando, então, evidente que o sistema econômico livre era muito mais um modelo abstrato idealizado do que um evento concreto. A forma de intervenção da era liberal, no entanto, era diferente da forma de controle no pós Primeira Guerra Mundial. Anteriormente, os esforços eram de consolidação de privilégios comerciais na cadeia da economia global. A partir de 1914, a tentativa foi a de coordenação interna de atividades dos conglomerados de capitais formados justamente no período anterior de expansão comercial.

De acordo com Carr (1947), a Primeira Guerra Mundial forçou essa transição de modo isolado nos diferentes países. Dessa forma, enquanto o Reino Unido adentrava em tal lógica apenas parcialmente, a Alemanha viu-se impelida a entrar completamente na organização típica do planejamento nacional. Como se sabe, essa linha desembocou na constituição da Alemanha nazista. Além disso, a URSS encontraria a origem de sua experiência de coordenação, sublimada naquilo que ficou conhecido pelo termo **Comunismo de Guerra**, na imposição posta pela Guerra Civil Russa.⁷

⁶ De forma semelhante, argumenta Rossetti (1987).

⁷ Após a revolução de 1917, o povo teve de se defender das forças da contrarrevolução no conflito entre 1918 e 1922. O Comunismo de Guerra foi a estratégia adotada pelos bolcheviques para suprirem as cidades em poder do Exército Vermelho com armamentos e alimentos. O cumprimento desse suprimento exigia uma coordenação das alocações dos recursos, ou seja, de planejamento. Sobre o Comunismo de Guerra e sua organização econômica, ver Malle (1985).

Devido ao fato de sociedades separadas começarem a empregar as técnicas de coordenação como resultado de imposições concretas a seus casos, parece ser adequado concluir que a origem do planejamento econômico pouco deve aos ideais socialistas. Na prática, o formato de planejamento que está sendo referido como *planning* surgiu, historicamente, da transição do Estado liberal para o Estado típico do capitalismo monopolista, sendo que a experiência soviética apenas se expressou de uma forma peculiar, devido às circunstâncias históricas que permitiram a Revolução de 1917.

Como se deu a entrada no planejamento pelo lado soviético, então? Ainda segundo Carr (1947), os líderes da revolução russa teriam percebido que, vencida a guerra civil, os problemas, aí sim, começariam. Eles teriam notado, então, que nada poderia ser feito sem uma política intensiva de industrialização. E, como o capital estrangeiro era impossível de ser obtido, a única forma de fazer a acumulação para iniciar a formação de forças produtivas avançadas era por meio da exploração da massa de camponeses. Assim, em dezembro de 1920, foi criada uma comissão para elaborar um plano para a criação da rede de energia elétrica nacional.⁸ Foi o primeiro de uma série de projetos que ajudariam a constituir o padrão a ser adotado pelos Planos Quinquenais.

Depois do período da guerra civil, e do correspondente Comunismo de Guerra, a Nova Política Econômica (NEP) entrou em cena. O período da NEP foi de conflito, pois estava em contradição com o arcabouço de coletivização anterior, que emergiu imediatamente após 1917. Duas decisões importantes durante essa fase foram tomadas, respectivamente, nos 13º e 14º Congressos do Partido Comunista: primeiro, “socialismo em um país”; segundo, “industrialização”. Assim, o Primeiro Plano Quinquenal saiu em 1928, colocando fim à NEP e fazendo a URSS aderir ao planejamento propriamente dito. Nesse sentido, enquanto o Comunismo de Guerra teria sido uma resposta a “emergências nacionais”, o Primeiro Plano Quinquenal teria sido uma escolha deliberada da União Soviética pelos mecanismos de controle da economia.

E do lado capitalista? De que forma os países capitalistas iniciaram suas experiências de planejamento? Mesmo que a URSS seja considerada a difusora ideológica do *planning*, quando se trata da nação como unidade econômica, nota-se que o planejamento é a continuação de um processo já em desenvolvimento no próprio capitalismo. Por isso, Carr (1947, p. 28,

⁸ O projeto foi chamado Plano Goelro (Comissão Estatal Para a Eletrificação da Rússia). De acordo com Lemos (2007), o Plano tinha como meta construir 20 unidades geradoras termelétricas e 10 usinas hidrelétricas, além de estabelecer a distribuição da energia pelo território. O Plano foi concluído em 1931.

tradução nossa) escreve que ele mesmo “[...] pavimentou a via para o planejamento em escala nacional e o fez lógico e inevitável”⁹. Esse tipo de argumento é encontrado largamente nos escritos teóricos de Schumpeter (1942), para quem o modo de produção do capital desenvolve as condições que abrem caminho para as práticas de controle e coordenação econômica.

No entanto, apesar de estar engendrado no desenvolvimento do capitalismo monopolista, o formato do planejamento nos países ocidentais tornou-se nítido de forma gradual. Ainda que a Primeira Guerra Mundial já tenha fornecido o ambiente em que o planejamento pôde desabrochar, somente a partir da crise de 1929 é que o Estado como centralidade econômica passou a ser a regra, em oposição aos costumes liberais. Chama atenção o fato de ocorrer no mesmo período da consolidação da planificação central na economia soviética.

Nessas circunstâncias, cabe a indagação: se o núcleo da planificação já se encontrava no processo de desarranjo do Estado liberal clássico, próprio da formação do capitalismo monopolista, por que parece que o planejamento apareceu primeiro na URSS e por que ela deveria liderar os outros países em direção a *planning*? Carr (1947), analisando os fatos nos anos 40, argumenta que o estado de atraso e circunstâncias favoráveis possibilitaram a planificação nacional na União Soviética de forma relativamente independente da imposição de coordenação no âmbito dos impérios capitalistas. Ao que tudo indica, isso teria levado às peculiaridades da coordenação em cada sistema.

Existe, porém, um modo mais elegante de resolver esse problema, já que, agora, se tem um distanciamento histórico maior em relação aos fatos de então. Ele consiste em pensar que não existe liderança de fato na divulgação dos métodos de planejamento, mas que os diferentes sistemas adaptam as técnicas de acordo com os objetivos de suas sociedades. São esses objetivos que diferenciam os sistemas em primeira instância. Esse tipo de análise pode ajudar a identificar precisamente o que distingue o planejamento capitalista do socialista. A vantagem desse tipo de estudo é que, assim, se evita o conflito ideológico necessariamente impregnado nos debates acerca da planificação nacional.

⁹ No original: “[...] *capitalism itself had paved the way for planning on a national scale and made it logical and inevitable*” (Carr, 1947, p. 28).

Reflexos em teoria

O desenvolvimento histórico apresentado encontra, necessariamente, suas projeções nas ideias e conceitos dos pensadores de então. Em se tratando de economia como uma disciplina dominada por forças conservadoras depois da Revolução Burguesa, tal reflexo foi bastante nítido no Choque que Keynes conseguiu dar à teoria tradicional. A “terceira via” e a social-democracia do século XX parecem confirmar a notoriedade de Keynes, tanto como teórico quanto como *policy adviser*.

Por que Keynes se destacou tanto nesse momento? Resumidamente, sua imponência deve-se ao fato de representar o pensamento econômico condizente com a transição do capitalismo de *laissez-faire* para um capitalismo controlado, cenário típico dos países ocidentais após o *crash* de 1929. A manutenção dos ideais burgueses de propriedade privada, dentro de uma política de coordenação econômica, permitiu que Keynes entrasse com força no debate sobre a contradição básica entre a lógica do mercado livre e a da direção estatal. Muito se tem apontado sobre as contradições no discurso que combina os sistemas opostos, contudo, quando se tem em mente que o elemento diferencial do planejamento nos sistemas é o objetivo posto pelas respectivas sociedades, tais contradições são solucionadas. Veja-se.

Keynes (1932) expressou-se de forma mais direta em relação aos acontecimentos na Rússia no panfleto **A Short View of Russia**, de 1925. Dois elementos caracterizam sua posição geral: primeiro, a experiência socialista que se fazia seria um produto de ideologia pura, que ele remonta a Lênin e Marx, e que não teria relação alguma com o desenvolvimento das forças produtivas; segundo, tal experimento e sua fonte inspiradora, o marxismo, não teriam nada a contribuir para a solução dos problemas práticos do mundo moderno.¹⁰

Por outro lado, é possível demonstrar que os aspectos de política econômica que remontam a Keynes encontram alto grau de similaridade com o capitalismo de Estado típico da URSS industrializante.¹¹ Alguns desses aspectos são a determinação técnica das taxas de consumo e o

¹⁰ Sobre Keynes e o socialismo na Rússia, ver Barnett (2009).

¹¹ Em linguagem formal, tal identidade é expressa no conceito de “equilíbrio dinâmico expansivo” ou “*steady state* expansivo”. Amin (1981) ressalta a identidade entre o capitalismo, que emprega essa expansão coordenada, e o sistema socialista, que tinha o objetivo de expansão material, como no caso da URSS buscando a industrialização. Para ele, tal identidade tem de ser lidada com cuidado, caso contrário, corre-se o risco de pensar o sistema econômico socialista como um capitalismo sem capitalistas. Sobre a identidade entre capitalismo e socialismo, no caso em que o objetivo de ambos os sistemas é a expansão contínua da produção, ver também Amin (2000).

investimento em nível nacional, de forma que o crescimento do produto se torna a variável fundamental do ramo que, posteriormente, se consolida como macroeconomia. Por essa razão, Carr (1947) acreditava que, mesmo que se demonstrasse que Keynes chegou a seus resultados por rotas diferentes e independentemente do que estava acontecendo na Rússia (o que se pode considerar como demonstrado hoje), ainda seria possível afirmar que as políticas derivadas da **Teoria Geral** encontraram respaldo na Grã-Bretanha e nos demais países ocidentais, devido, em parte, aos alicerces postos pela experiência de planejamento da União Soviética e que eram observados pelos políticos do capitalismo com grande atenção.¹²

Lessa (1998), por sua vez, enfatiza as habilidades de Keynes em vender a ideia de controle de um modo em total acordo com os interesses capitalistas. Foi assim que conseguiu distanciar a associação de planificação com socialismo ao máximo. Skidelsky (2010), similarmente, destaca que, se, por um lado, a teoria de Keynes afastava a ideia de revolução socialista, ela abria o caminho para o governo de *management* da macroeconomia, que visava atingir um estado de quase equilíbrio expansivo. O fato de Keynes conseguir servir irresistivelmente a **Teoria Geral** tanto para os homens práticos de negócios quanto para a academia, aflita com os problemas da ciência econômica oficial depois de 1929, explica, mais uma vez, seu posto de destaque entre os economistas do século XX. A proeminência de Keynes é também compreensível quando se lembra que sua filosofia política permitia ao Estado atuar objetivando a expansão do sistema, uma situação que era do interesse tanto do capital em geral como do trabalho em particular.¹³

Então, visto que a economia política de Keynes e o capitalismo de Estado soviético contêm uma base comum, que pode ser chamada de

¹² Carr desenvolve essa ideia assim: “[...] *even if it were demonstrated — as I think it can be — that Lord Keynes reached his own conclusions by different routes and quite independently of anything that happened in Russia, it would be still true to say that the main positions of ‘Keynesianism economics’ had already been established in Soviet economic policies, and that Lord Keynes’s doctrines found such ready acceptance in Great Britain and elsewhere partly because the ground had already been prepared in the minds of his contemporaries by contemplation of the planned economy of the Soviet Union*” (Carr, 1947, p. 34).

¹³ Da perspectiva da luta de classes, fica evidente por que a teoria keynesiana está primordialmente a serviço dos interesses da classe capitalista. As políticas keynesianas e a social-democracia defendem o capital enquanto classe e o trabalho enquanto **indivíduo**. Assim, enquanto o Estado do Bem-Estar Social organiza e unifica os capitalistas em classe, ele protege o trabalhador apenas como indivíduo e o separa do proletariado organizado. Isso não significa que o Estado do Bem-Estar Social é reacionário, pois, com esse arranjo da luta de classes, as condições materiais de reprodução da força de trabalho podem estar, a partir daí, asseguradas politicamente. Isso representa uma conquista positiva para os trabalhadores.

planejamento, qual a especificidade de cada um desses sistemas? Ou seja, o que diferencia a emergência de *planning* nos países ocidentais da recém-formada URSS?

Pelo lado soviético, viu-se que o planejamento se deu por forças da circunstância, que obrigaram os líderes do Partido Comunista a articular projetos econômicos que possibilitassem a industrialização. Por isso, o objetivo do plano, na economia soviética, era atingir o mesmo nível de desenvolvimento das forças produtivas dos países capitalistas. Essa meta, por sua vez, no contexto da Revolução Socialista, deveria ser o meio para atingir a meta mais avançada de consolidar o modo de produção socialista. As críticas do socialismo real apontam justamente o fato de esse meio ter-se tornado um objetivo em si, até o momento em que a economia de comando se desarranjou de volta à lógica do capital.

Na URSS, então, o pleno emprego foi alcançado como resultado colateral, ou seja, como subproduto da determinação para alcançar outro propósito, qual seja, a industrialização. Esse, por sua vez, se expressava, então, nas altas taxas de crescimento econômico que mediam o aumento quantitativo dos meios de produção disponíveis no país.

As economias capitalistas, por sua vez, adotaram o planejamento como meio para alcançar a meta específica de resolver o problema do desemprego resultante da depressão econômica dos anos 30. O que chamava a atenção dos planejadores do ocidente na URSS é que ela alcançava esse objetivo, sem tê-lo como meta propriamente dita. Visto que a política econômica derivada da teoria de Keynes dá grande ênfase à manutenção de um nível de emprego como forma de evitar os ciclos, percebe-se que a técnica de planejamento, no capitalismo, é utilizada como meio para manter a população trabalhando em um estado estável de expansão. Se o resultado da atividade são armamentos, pirâmides ou infraestrutura, como o próprio Keynes coloca, pouco importa para a demanda efetiva. Isso é, de acordo com Lessa (1998), uma conclusão muito importante, pois, desse modo, a ciência econômica admite que a composição do produto é uma função da decisão política da sociedade como um todo.

Assim, os dois sistemas atingiam crescimento econômico utilizando técnicas de planejamento. Mas, enquanto, no capitalismo, a meta posta pela sociedade era “pleno emprego”, a meta, na URSS, era a “elevação da produtividade através da expansão intensiva da produção de meios de produção”. Esse tipo de meta, aliás, se assemelha muito aos objetivos dos demais países periféricos, que realizaram projetos específicos para consolidação da grande indústria. Por essa razão, Buchenberg (2003) conclui que o processo de expropriação dos camponeses russos teve uma

missão histórica similar à função que a acumulação originária teve para a Inglaterra: possibilitar a concentração do controle sobre o produto, a fim de constituir forças produtivas típicas da grande indústria. A diferença é que, neste último caso, tal acumulação foi feita de forma consciente, em um curto período de tempo. Bresser-Pereira (2009/2010), de forma similar, argumenta que o estatismo é uma forma específica da revolução capitalista e que foi o formato adequado para efetivar o processo de acumulação de capital original em certas regiões do sistema.

Finalmente, visto que a técnica é empregada tanto no bloco capitalista como no bloco socialista, como se bem nota nas intervenções industrializantes dos países periféricos que começaram a compor cada bloco ao fim da Segunda Guerra Mundial,¹⁴ é preciso passar justamente para a análise da técnica propriamente dita **no contexto histórico de sua emergência**. Em outras palavras, para revelar as similaridades e diferenças entre as formas de coordenação dos sistemas antagônicos, é preciso compreender como a base abstrata em que a teoria da planificação se manifesta formalmente (o que chamamos de técnica) se desenvolveu, ao longo do tempo, a partir das experiências reais de planejamento das unidades produtivas isoladas até as tentativas de planejamento de toda economia nacional.

Programação e a solução para a instabilidade capitalista

A partir de 1956, Oskar Lange, em suas palestras no Instituto Hindu de Estatística de Calcutá, passou a abordar o sistema socialista e os desenvolvimentos econométricos construídos pelos países capitalistas de uma forma original. Seu intento, a partir daí, era o de relacionar os métodos quantitativos da Econometria desenvolvidos nos países capitalistas com os parâmetros de organização das economias centralmente planejadas. O que Oskar Lange percebeu é que o desenvolvimento dos estudos estatísticos sobre a economia capitalista culminava na formação da teoria da programação, cuja aplicação prática só poderia ocorrer em um contexto de condução consciente da produção, onde, dado o nível de desenvolvimento das forças produtivas, os meios técnicos poderiam ser manejados adequadamente para atingirem determinados fins.

¹⁴ No caso do Brasil, isso ocorreu durante a consolidação da indústria siderúrgica nacional, no governo de Getúlio Vargas.

A ideia central é que, conforme o sistema capitalista passava de sua era concorrencial para um estado de oligopólio, onde poucos grupos de grandes capitais dominavam todo o mercado, os métodos quantitativos desenvolvidos para dar conta do dia a dia dos negócios refletiam, crescentemente, o planejamento econômico das unidades capitalistas em nível nacional. Por isso, o forte desenvolvimento da Econometria, nos países ocidentais, justamente durante o fortalecimento do capitalismo monopolista e de Estado não é obra do acaso.¹⁵

De forma resumida, durante o período concorrencial, a preocupação principal das muitas unidades relativamente pequenas era com as flutuações de conjuntura. Em um segundo estágio, tais unidades passaram a efetuar análises de mercado, com o intuito de adequar com maior precisão sua oferta com a demanda. Finalmente, em um terceiro momento, essas unidades, que já aplicavam o planejamento individualmente, foram levadas à coordenação umas com as outras, no que se expressou a planificação de toda economia nacional. Por esse motivo, todo esforço de Oskar Lange, no que tange à disciplina de Econometria, é o de mostrar como os métodos desenvolvidos no Ocidente encontram aplicação, necessariamente, em uma economia planejada, seja de natureza capitalista, seja socialista.

Disso resulta que o ponto inicial para revelar *planning* como ponto de encontro de sistemas ideológicos opostos é a história da Econometria, dividida por Lange (1967) em três partes: (a) os estudos iniciais sobre as flutuações da conjuntura capitalista, (b) a análise de mercado e da Lei do Valor e (c) a teoria da programação.¹⁶ Essas três partes correspondem também, no plano da história do pensamento econômico, à trajetória que parte da Economia Clássica e de estudos primitivos sobre a flutuação e os ciclos, passa pela análise de mercado, formando métodos para estimar as curvas de oferta e demanda, e, a partir da Segunda Guerra Mundial, nos EUA, culmina no estudo sobre a programação e o planejamento, que é a solução derradeira para o problema inicial da flutuação e da instabilidade.

Com efeito, os estudos iniciais objetivavam prever as flutuações de conjuntura da economia capitalista. A praticidade dessa pesquisa era ime-

¹⁵ A disciplina de Econometria desenvolveu-se de forma independente apenas a partir do começo do século XX, de acordo com Morgan (1990). A consolidação de métodos quantitativos específicos como padrão para aplicação prática das ciências econômicas, no Ocidente, ocorreu nos anos 40. Outra referência clássica para a história da Econometria nos países capitalistas é Epstein (1987). Lange (1967) ressalta que a disciplina surgiu antes da Primeira Guerra Mundial, sendo que os estudos econométricos se iniciaram nos anos 20, na URSS, sofrendo uma pausa por volta de 1930.

¹⁶ De forma semelhante a Lange (1967), Morgan (1990) divide seu livro em três partes, a primeira tratando dos ciclos econômicos; a segunda, da análise de demanda; e a terceira, dos modelos formais em Econometria.

diata para a unidade produtiva, visto que, tendo uma previsão correta dos ciclos, ela poderia ajustar sua produção, a fim de adequar a produção de mais valia com sua realização. As origens históricas desse tipo de análise remontam aos escritos de Sismondi (1773-1842) e Robert Owen (1771-1858), que chamaram atenção para a existência de ciclos no sistema de mercado. O desenvolvimento da teoria dos ciclos, desde a Economia Clássica até a contemporânea *economics*, seria, assim, outra forma de evidenciar que esse é o primeiro passo histórico para a formulação do conceito de planejamento econômico geral, em oposição ao princípio de não intervenção do processo de troca.

A formalização dos ciclos em modelos avançou com a acumulação de dados estatísticos disponíveis e com o desenvolvimento da computação. Toda classificação e toda explicação para os ciclos tiveram origem nesse primeiro momento da Econometria, assim como a noção de *boom*, depressão e eventuais estágios intermediários entre esses dois extremos. Os limites desse estágio ficaram visíveis, quando se percebeu que as previsões eram, na verdade, descrições dos acontecimentos correntes, de tal modo que não serviam, de fato, para realizar qualquer planejamento.¹⁷

Em seguida, e como consequência do amadurecimento dos estudos sobre os ciclos de conjuntura e de sua utilidade crescente para as também crescentes unidades de capital, desenvolveu-se a análise de mercado, ou seja, os aspectos de determinação da relação entre o preço, a oferta e a demanda. Matematicamente, tal arcabouço foi erguido por Cournot (1801-1877) e encontrou continuação em Leon Walras (1834-1910) e Alfred Marshall (1842-1924), dentre outros.¹⁸ Nesse arcabouço, foram estabelecidos os conceitos de elasticidade-preço e quantidade da demanda e oferta, assim como os parâmetros para efetuar estimativas das correspondentes curvas reais. A meta dessas estimativas é aumentar a capacidade de previsões econômicas. A partir daí, pode-se determinar, com precisão crescente, por exemplo, como a procura por certo bem se modifica em consequência de um aumento da renda nacional ou da queda de seu preço.

Nesse momento, houve uma separação importante no âmbito da ciência econômica oficial. A questão da economia nacional como um todo foi separada das análises de conjuntura particular, que interessavam às

¹⁷ Sintomático dos limites de então foi o trabalho de Jevons (1878), que relaciona os ciclos econômicos com as manchas solares.

¹⁸ Para Oskar Lange, a relação das forças de oferta e de demanda, que se expressa quantitativamente pelos preços, precede, logicamente, o desenvolvimento categórico da Lei do Valor, na terminologia marxista. Resumidamente, a Lei da Oferta e Procura é a forma mais elementar de assimilação da Lei do Valor. A completa caracterização da Lei do Valor é um tópico aberto em teoria, que demanda um detalhamento da relação entre a Economia Política e o materialismo histórico.

unidades de capital isoladamente.¹⁹ Enquanto essas segundas passaram a constituir o ramo de microeconomia, cujo desenvolvimento seguinte, no século XX, dirige-se ao estudo dos oligopólios, os estudos sobre a conjuntura da economia nacional passaram a compor a chamada macroeconomia. Este último ramo, por sua vez, corresponde à análise de mercado em nível nacional, e cuja realização depende da construção de uma contabilidade nacional. Os estudos dessa área, no Ocidente, passaram a ser feitos com a terminologia disseminada pela **Teoria Geral**. Conforme Lessa (1998), Keynes contribuiu largamente para essa separação entre os níveis micro e macro em teoria.

Finalmente, no terceiro momento de desenvolvimento dos métodos econométricos, tornou-se evidente que a análise de mercado em nível nacional teria que mapear todo o quadro de inter-relações entre os setores. Nesse sentido, as tabelas de insumo-produto, organizadas primeiramente por Leontief (1936), foram rapidamente assimiladas por essa linha de pesquisa, que, como fica claro nesse breve resumo histórico, remonta à busca por uma forma de evitar as crises e criar estabilidade geral. Na prática, esse quadro de conexão entre os setores começou a ser empregado para elaborar os planos de suprimento das forças armadas durante a Segunda Guerra Mundial. Foi nessa hora que se percebeu a enorme praticidade da teoria da programação para a organização geral da produção e a alocação dos recursos. Então, apesar do planejamento já ser um conceito posto em uso anteriormente, foi somente a partir da Segunda Guerra Mundial que a teoria da programação se consolidou como base abstrata para a formulação dos planos econômicos nacionais de forma sistemática.²⁰ A partir de então, a técnica de programação é largamente utilizada para atingir certos objetivos. Ao que parece, o sistema capitalista utiliza-a para garantir uma valorização contínua e estável do valor. O intuito de Oskar Lange, ao combinar os métodos econométricos com as categorias de Marx, é mostrar que a teoria da programação, desenvolvida pela

¹⁹ As conjunturas particulares são os ciclos de mercados determinados, como o do café, o do trigo, etc. Primeiramente, cada setor preocupa-se em identificar os ciclos particulares que lhes afetam mais diretamente. Somente depois é que a conjuntura econômica geral se consolida. Essa passagem seria outra forma de apreciar a chamada "revolução keynesiana".

²⁰ O desenvolvimento da teoria da programação como imposição capitalista expressa-se, de forma nítida, por exemplo, no livro **Linear Programming & Economic Analysis**, de Dorfman, Samuelson e Solow (1958). A elaboração do livro foi financiada pela Rand Corporation, instituição de pesquisa privada que tinha contrato exclusivo com a Força Aérea Norte-Americana durante a Segunda Guerra Mundial. O livro converte os problemas práticos de suprimento das forças armadas durante o conflito, resolvidos pelo método de programação linear, nos problemas gerais de alocação de recursos na economia.

imposição do capital, pode ser utilizada pela sociedade socialista como técnica para realizar suas metas.

Como se vê, o planejamento no capitalismo parece ter sido forjado para solucionar um problema prático do modo de produção capitalista, a descoordenada produção de mercadorias, que gera crises e impede a realização de lucros. E, na solução desse problema, e é aqui que os conservadores liberais se tornam muito precavidos, desenvolveram-se as ferramentas que dão condições técnicas para a solução do próximo problema posto pela humanidade, qual seja, a realização do ideal social expresso no movimento comunista. Por quê? A necessidade de efetuar a coordenação entre os setores no capitalismo monopolista criou a estrutura analítica que pode ser usada para controlar a produção e a distribuição global. Por ora, esse controle é feito pela classe capitalista, visto que o objetivo da coordenação é a expansão do capital.

No entanto, é muito importante ressaltar que as ferramentas apenas abrem a possibilidade de transição ao modo de produção seguinte, ou seja, a transição não é um processo automático.²¹ O que importa é que as condições objetivas para a transição são cada vez mais concretas, de tal modo que o conflito, em sua forma ideológica, no âmbito da Economia Política, se torna evidente, toda vez que o tema central é planejamento. As ambiguidades do novo liberalismo apoiado em Keynes e em todas as instituições ideológicas, que se alteram como resultado do fim do *laissez-faire*, indicam apenas que as forças produtivas estão em um nível de desenvolvimento incompatível com as relações de produção do capitalismo **concorrencial**. Essa é uma das formas de apreender o momento transitório pelo qual passa a economia global no século XX e no início do XXI.

O objetivo do planejamento no capitalismo

Dado o exposto, convém afirmar que existe uma característica intrínseca ao planejamento no modo de produção do capital. Pode-se chamar essa propriedade de “planejamento de natureza capitalista”. No que consiste essa classificação? Para compreender esse tipo de planejamento, é necessário sempre ter em mente a lógica do capital apresentada por Marx. Tal lógica é a da expansão do valor, cujo movimento expressa-se em

²¹ O automatismo da transição entre modos de produção é o resultado da análise economicista. Essa corrente tem ainda influência, principalmente nos círculos de intelectuais distantes da base. As experiências históricas mostram que esse tipo de análise é passiva e estranha à filosofia da práxis. Além das condições objetivas, é necessária uma ação política que converta a possibilidade da transição em realidade.

D-M-D'. Então, precisa-se apenas colocar o arcabouço abstrato de planejamento explicitado nas equações de balanço da economia em relação com essa lógica. Qual o resultado disso?

Os desenvolvimentos econométricos, como visto, estão, crescentemente, dando concretude a essas equações de balanço. Os métodos quantitativos tornam-se, então, ferramentas para a solução dos problemas causados pelo caos característico da produção de mercadorias. Esses problemas tornaram-se evidentes no início do século XX. A superação das crises demanda uma coordenação tão ampla, que uma nova era se delineia. Desse modo, o Estado do *laissez-faire* foi substituído por uma lógica diferente. No entanto, um elemento essencial foi preservado nessa transição. O objetivo da organização social da produção ainda é a valorização do valor. Por isso, as técnicas de coordenação entre os setores são utilizadas para permitir a realização desse objetivo. No modo de produção do capital, as técnicas são, portanto, usadas como meio de garantir a expansão do próprio capital e não para o cumprimento de metas conscientemente estabelecidas. Isso é o que caracteriza o “planejamento de natureza capitalista”.²²

Em termos teóricos, o “planejamento de natureza capitalista” expressa-se no problema de maximização da renda ou do lucro. Em geral, a função-objetivo do problema é designada por Y, ou renda, e que pode ser pensada também como o lucro. A meta é, portanto, “maximizar Y” restrito às condições postas pelas equações de balanço. Esse é o problema básico, quando o sistema opera sob a lógica do capital. A contrapartida para a valorização do valor D-D', sem que haja ruptura da reprodução, é que o sistema de valores de uso deva expandir de forma proporcional. Desse modo, “maximizar Y” converter-se-ia na meta de “maximizar a soma dos valores de uso que compõem o produto” equilibradamente. Em outras palavras, seria colocar o sistema no ritmo mais acelerado de crescimento possível, sem que as proporções de balanço (equações de restrição) fossem desrespeitadas.²³

De fato, o problema econômico, como conceito de aperfeiçoamento da produtividade para incremento do produto disponível à sociedade, foi, historicamente, desde a generalização das relações mercantis, sempre

²² O “planejamento de natureza capitalista” pode ser pensado também como intervenção econômica que visa à estabilidade para o sistema do capital, com o que, a diferenciação entre planejamento e intervenção pode ficar mais nítida. O fundamental é que, dentro do capitalismo, é possível haver um controle consciente do processo produtivo por uma fração da sociedade, ou seja, por uma classe (a capitalista), sem que isso se torne um modo de produção socialista.

²³ Esse é o sentido do equilíbrio dinâmico do modelo de Amin (1981). Para exemplos formais desse tipo de modelo de crescimento, ver Dorfman, Samuelson e Solow (1958).

resolvido pelo capital. É nesse sentido que Keynes (2010) argumenta que o capitalismo é justificável pela acumulação de riqueza geral que ele proporciona. De maneira semelhante, Marx indica que a solução do problema econômico de escassez é justamente a tarefa histórica do modo de produção do capital e que perde sentido logo que a economia da abundância é atingida, ou seja, quando esse problema é solucionado, e outro, em seu lugar, é formulado pela sociedade.²⁴

É muito importante distinguir a lógica do capital do uso da teoria da programação, porque, em geral, se supõe que a finalidade única do sistema é a expansão da produção, quando, na verdade, ela é o meio pelo qual o capital atinge sua meta de valorização. A falha dessa distinção, aliás, é o que causa constante confusão na caracterização do planejamento capitalista e do socialista.

Na sociedade capitalista, a técnica é usada para permitir uma expansão material que empurre constantemente para cima os limites de valorização do capital (tentando evitar o chamado descolamento). Isso é refletido na ânsia contínua por crescimento econômico, tópico central da macroeconomia.²⁵

Por outro lado, na sociedade socialista, a técnica é usada para atingir metas que são socialmente determinadas, que podem, inclusive, ser a de expansão material, assim como ocorre, na sociedade capitalista, por meio da meta de valorização. Por essa razão, em nível formal, as economias socialista e capitalista podem ser modeladas pela dinâmica do insumo-produto de forma idêntica, quando as metas são as mesmas.²⁶ A distinção torna-se visível apenas em relação ao objetivo ao qual o plano é o meio. Devido ao fato de o socialismo realmente existente ter como meta o desenvolvimento das forças produtivas, a associação de economia centralmente planejada, socialismo, etc. com o capitalismo de Estado é imediata, visto que os esforços se dirigem todos para a produção de meios de produção.

Portanto, o planejamento é um elemento que pode ser comum a modos de produção diferentes e não funciona como componente diferen-

²⁴ Dillard (1957) ressalta justamente que a escola de pensamento keynesiana é o reflexo de uma economia de “abundância potencial”, enquanto a tradição anterior de Malthus, Marshall e Pigou estava ainda estrangida à realidade da escassez. Marx e Keynes têm maneiras muito diferentes de se contraporem à lógica do capital e do dinheiro. Keynes tem uma posição similar à de Aristóteles quando trata da crematística (arte de fazer dinheiro).

²⁵ Bresser-Pereira (2005) denomina esse novo formato do sistema de “capitalismo dos técnicos”.

²⁶ Sobre o debate do cálculo econômico na economia socialista, que explicitou o arcabouço em comum dos diferentes sistemas econômicos (e que pode ser pensado como a modelagem do insumo-produto), ver a coletânea das contribuições em Boettke (2000).

ciador. Por outro lado, a meta pode funcionar como um indicador mais adequado para a caracterização da organização social da produção. Então, como, no caso da sociedade socialista, a meta do plano é determinada de maneira coletiva, não se pode determinar concretamente o objetivo ao qual o plano serve. De forma abstrata, afirma-se que a meta é a satisfação das necessidades humanas. Por outro lado, dado que a meta da sociedade capitalista é única e exclusivamente a expansão do valor, é possível caracterizar de forma muito nítida no que se constitui o modo de produção de capital. Talvez por essa razão, o capitalismo pareça ser o único modo de produção com lógica própria, que opera como uma imposição inconsciente sobre os membros de sua sociedade.

Qual a lição que se pode tirar, então, dessa comparação? Ao que parece, o capitalismo cria, por necessidade, as ferramentas que explicitam as relações intersetoriais da economia, assim como as condições técnicas para a produção de cada valor de uso a ser realizado como portador de mais-valia. São as ferramentas imprescindíveis para a realização do planejamento econômico nacional. Agora, se essas ferramentas podem ser utilizadas pelo Estado capitalista para garantir a expansão do capital social total, ou seja, para atingir a meta da classe capitalista como um todo, elas também podem ser utilizadas pelos trabalhadores para atingir os objetivos definidos pela classe trabalhadora. Assim, um passo importante para a construção do socialismo é o domínio do coletivo sobre tal técnica. O trabalho de Oskar Lange, especialmente suas aulas sobre os métodos quantitativos, está a serviço desse propósito.

Referências

AMIN, S. **La ley del valor y el materialismo histórico**. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1981.

AMIN, S. The Political Economy of the twentieth century. **Monthly Review**, v. 52, n. 2, 2000.

BARNETT, V. Keynes, socialism and Russia: a contextual clarification. **Journal of Economic Issues**, Salisbury, v. 43, n. 1, p. 259-265, 2009.

BOETTKE, P. J. (Org). **Socialism and the market: the socialist calculation debate revisited**. London: Routledge, 2000.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A dupla conversão: do ideal socialista ao estatismo e deste ao capitalismo. **Revista USP**, São Paulo, n. 84, p. 58-74, 2009/2010.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Capitalismo dos técnicos e democracia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 134-171, out. 2005.

BUCHENBERG, W. **Was Marx am Sowjetsystem Kritisiert Hätte:** Politische Ökonomie der Sowjetunion. Berlin: Verlag für Wissenschaft und Forschung, 2003.

CARR, E. H. **The soviet impact on the Western World.** New York: Macmillan, 1947.

DILLARD, D. The Influence of keynesian economics on contemporary thought. **The American Economic Review**, v. 47, n. 2, p. 77-87, 1957.

DORFMAN, R.; SAMUELSON, P.; SOLOW, R. **Linear programming & economic analysis.** New York: McGraw-Hill, 1958.

EPSTEIN, R. **A history of Econometrics:** contributions to economic analysis. Amsterdam: Elsevier, 1987.

FITZPATRICK, S.; RABINOWITCH, A.; STITES, R. (Ed.). **Russia in the era of NEP:** explorations in soviet society and culture. Bloomington: Indiana University Press, 1991.

FRIEDMAN, M. **Teoria dos preços:** texto provisório. Rio de Janeiro: Apec, 1971.

GUIMARÃES, S. P. **Quinhentos anos de periferia:** uma contribuição ao estudo da política internacional. Porto Alegre: UFRGS; Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

HAAVELMO, T. Econometrics and the Welfare State. **The American Economic Review**, v. 87, n. 6, p. 13-15, 1997.

HOBSBAWN, E. **A era dos extremos:** o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HOBSBAWN, E. **A era dos impérios (1875-1914).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

JEVONS, W. S. Commercial crises and sun-spots. **Nature**, United Kingdom, v. 19, n. 472, p. 33-37, 14 Nov 1878.

JUDT, T. **Postwar:** a history of Europe since 1945. New York: Penguin Books, 2005.

KEYNES, J. M. A short view of Russia. In: KEYNES, J. M. **Essays in persuasion.** New York: Harcourt Brace, 1932.

KEYNES, J. M. **The economic consequences of the peace**. Los Angeles: Indo-European Publishing, 2010.

KEYNES, J. M. **The General Theory of Employment, Interest and Money**. New Delhi: Atlantic, 2006.

KORNAI, J. **The socialist system: the Political Economy of communism**. Oxford: Oxford University Press, 1992.

LANGE, O. **Introdução à Econometria**. São Paulo: Fundo de Cultura, 1967.

LANGE, O. marxian economics and modern economic theory. **The Review of Economic Studies**, Oxford, v. 2, n. 3, p. 189-201, June 1935.

LANGE, O. The scope and method of Economics. **The Review of Economic Studies**, Oxford, v. 13, n. 1, p. 19-32, 1945.

LEMOS, C. F. de. **O processo sócio-técnico de eletrificação na Amazônia**: articulações e contradições entre Estado, capital e território (1890 a 1990). 2007. 342f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) — Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

LEONTIEF, W. Quantitative input and output relations in the economic system of the United States. **The Review of Economic Statistics**, Cambridge, v. 18, n. 3, p. 105-125, Aug 1936.

LESSA, C. **O conceito de Política Econômica: ciência e/ou ideologia?** Campinas: Unicamp, 1998.

MALLE, S. **The economic organization of War Communism: 1918-1921**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

MARX, K. **Das Kapital: Kritik der Politischen Ökonomie**. Berlin: Karl Dietz Verlag, 2007.

MARX, K.; ENGELS, F. **Gesamtausgabe Zweite Abteilung: "Das Kapital" und Vorarbeiten**. Berlin: Akademie Verlag, 2004/2005.

MORGAN, M. **The history of econometric ideas**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

NOVE, A. **An economic history of the U.S.S.R**. Harmondsworth: Penguin, 1972.

RAA, T. Ten. **Input-output economics: theory and applications**. Hackensack: World Scientific, 2010.

ROSENBERG, W. Introduction: NEP Russia as a “transitional” society. In: FITZPATRICK, S.; RABINOWITCH, A.; STITES, R. (Ed.). **Russia in the era of NEP: explorations in soviet society and culture**. Bloomington: Indiana University Press, 1991. p. 1-11.

ROSSETTI, J. P. **Política e programação econômicas**. São Paulo: Atlas, 1987.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalism, socialism and democracy**. New York: Harper Touchbooks, 1942.

SKIDELSKY, R. The crisis of capitalism: Keynes *versus* Marx. **The Indian Journal of Industrial Relations**, Delhi, v. 45, n. 3, p. 321-335, 2010.

SKIDELSKY, R. **The world after communism: a polemic for our times**. London: Macmillan, 1995.

STONE, R. Input-output analysis and economic planning: a survey. **Brazilian Review of Econometrics**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 67-109, 1984.